

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ: 01.522.368/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	
Períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.....	11
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.....	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 e 31 de dezembro de 2021.....	14



São Paulo, 22 de agosto de 2022.

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. com os respectivos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Negócios

As operações no Brasil seguem concentradas em oferecer soluções competitivas para nossos clientes corporativos e institucionais através da nossa plataforma de CIB (*Corporate & Institutional Banking*). Assinamos em 21 de junho de 2022, um acordo com o Banco Bradesco para transferir a prestação de serviços locais aos clientes do seguimento de banco privado (*Wealth Management*), não produziu nenhum efeito nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022. Não obstante isso, o grupo continuará servindo os clientes brasileiros com necessidades internacionais por meio de sua estrutura global, integrado e diversificado com uma completa plataforma de produtos e serviços no exterior, observada a legislação vigente.

Gestão de Pessoas

Ao longo do primeiro semestre de 2022, o Banco deu continuidade ao esforço iniciado no começo da pandemia de Covid-19 ocorrido na primeira metade de 2020. Com a melhoria do cenário e aproveitando a flexibilidade trazida pela tecnologia, implementamos um modelo de trabalho híbrido baseado em uma nova política de trabalho remoto, que possibilitou a continuidade das nossas atividades, pleno atendimento aos clientes, sem prejuízo da constante atenção às necessidades, à saúde e ao bem-estar dos colaboradores. Lançamos também, no primeiro semestre de 2022, o programa de *Graduates*, que contrata recém-formados e acelera seu desenvolvimento para que possam atuar no BNP Paribas no Brasil ou no exterior.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Sociedade atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu a Sociedade apoiar sua base de clientes com a contínua oferta de crédito, a prestação de serviços especializados, como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, *advisory* em fusões e aquisições, apoio ao comércio exterior, acesso a mercados internacionais, produtos de tesouraria e gestão de riscos. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o primeiro semestre de 2022 com lucro líquido de R\$ 78 milhões, 26% acima do lucro observado no mesmo período do ano anterior.

Transações ESG Compromissos Socioambientais

O Grupo BNP Paribas, globalmente e no Brasil, reafirma seu compromisso público com os direitos humanos e com o meio ambiente e se destaca por uma atuação forte e pioneira em financiamento sustentável. Em julho de 2022 fomos reconhecidos, em conjunto com outras entidades legais do Grupo BNP Paribas na América Latina, como o melhor banco para Finanças Sustentáveis pelo *Euromoney Awards for Excellence*. A Euromoney reconheceu os compromissos políticos do BNP Paribas, particularmente sendo o primeiro banco a se comprometer a encerrar a atividade de financiamento à exploração de petróleo e gás na Amazônia, ao mesmo tempo em que reforçou nossas diretrizes em direção à proteção as suas florestas e a biodiversidade da região. Além disso, o banco participou de inúmeras transações relacionadas ao financiamento sustentável, alinhado com a posição de liderança e vanguarda global alcançada pelo grupo BNP Paribas.

Ouvidoria

Os atendimentos feitos pela Ouvidoria de Clientes desta Sociedade foram todos resolvidos dentro do prazo regulatório. Não houve no período o registro de qualquer reclamação contra a Sociedade junto ao sistema de registro de reclamações do Banco Central Brasil. O mesmo aconteceu em relação à Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades supervisoras.

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., por meio de sua Diretoria, agradece aos seus clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram à Sociedade alcançar os resultados apresentados em suas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022.

A Diretoria



O Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial formado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. (Banco BNP Paribas) e Banco Cetelem S.A. (Cetelem), apresenta o relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2022.

Seguindo as diretrizes da Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 4.910, de 27 de maio de 2021, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial BNP Paribas é composto por cinco membros, sendo três externos e independentes, um deles nomeado Presidente do Comitê.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos das Sociedades e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê foram livremente conduzidas por seus membros sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido ao livre e independente encaminhamento de suas atividades, seja pela Direção das Sociedades, seja por qualquer de seus prepostos. Adicionalmente, ambas as auditorias, interna e externa, atestaram ter executado seus trabalhos no período sem qualquer tipo de obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitados, não tendo sido identificadas por ambas quaisquer dificuldades ou restrição criada por parte dos representantes das Sociedades à execução de seus trabalhos.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos do Banco BNP Paribas e Cetelem, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesa das Sociedades bem como o atendimento das recomendações formuladas por sua Auditoria Interna, Auditores Externos e pelos órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que as Sociedades continuam a dispor de processos de controles internos compatíveis com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna, ocasião em que pôde constatar sua independência tanto em termos hierárquicos, quanto na execução de seu trabalho. Com base nos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna que, entre outros, avaliam a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco, e controles internos e responsabilidades das gerências, o Comitê concluiu também que a Auditoria Interna continua a demonstrar eficiência no atendimento de seus objetivos.

Com referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Presidente do Comitê de Risco esclareceu ao Comitê de Auditoria que não identificou durante o primeiro semestre de 2022 riscos que pudessem impactar de modo relevante as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas e Cetelem.

Em relação à Gestão de Pessoas, o Comitê de Auditoria recebeu informações sobre os esforços empregados pelas Entidades desde 2020 com o surgimento da pandemia (Covid-19), que culminou com a rápida implementação da política de trabalho remoto com o objetivo de assegurar a plena saúde dos colaboradores e, ao mesmo tempo, manter as Instituições em pleno funcionamento, além de aprimorar os rígidos programas de sanitização das suas instalações.

O Comitê de Auditoria também foi informado que em 21 de junho de 2022, o Banco BNP Paribas assinou acordo visando transferir a prestação de seus serviços de banco privado (Wealth Management) que serão encerrados no Brasil ao Banco Bradesco. Esclarecidos seus termos, o Comitê de Auditoria concluiu que a execução do referido acordo não produziu qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022.

O Comitê de Auditoria através de discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade das Sociedades, bem como com os auditores externos responsáveis pelas demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.) e Cetelem (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda) recebeu todas as explicações esperadas acerca das demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nisto, o Comitê de Auditoria, em conjunto com os Auditores Externos, concluiu que as referidas demonstrações financeiras apresentavam consistência e uma visão verdadeira e justa das atividades das Sociedades durante o primeiro semestre de 2022, consistentes, inclusive, com as demonstrações financeiras do mesmo período de 2021, razões pelas quais recomenda às respectivas Diretorias Executivas do Banco BNP Paribas e Cetelem a aprovação das demonstrações financeiras das Sociedades encerradas em 30 de junho de 2022, as quais serão objeto de publicação e divulgação no prazo legal.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.

Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial BNP Paribas



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Conforme divulgado nas Notas 3(f) e 6.2, a determinação do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é um processo que requer julgamento e utilização de critérios na determinação do risco de crédito por parte da administração e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e alterações posteriores do BACEN. A classificação de risco dos clientes é atribuída por meio da utilização de modelo interno da administração.

Essa é uma área que continua a ser definida como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados ao processo de concessão de crédito e operações renegociadas.

Efetuamos, também, em base amostral, (i) testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, (ii) análise da metodologia descrita em política para atribuição dos níveis de risco ao cliente, (iii) recálculo da provisão com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações e (iv) confronto dos saldos contábeis de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com os relatórios analíticos.

Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do CMN, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro contábil da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são razoáveis e consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.



Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 5.2, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis.

Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos.

Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração do valor justo de acordo com as boas práticas de mercado e requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	30.06.2022	31.12.2021
Circulante e Não Circulante		77.745.189	70.895.389
Disponibilidades		160.897	664.679
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	10.255.455	8.674.846
Aplicações no mercado aberto		3.419.986	2.119.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.532.643	6.261.925
Aplicações em moedas estrangeiras		302.826	292.925
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	30.571.762	22.500.673
Carteira própria		13.001.751	10.154.446
Vinculados a compromissos de recompra		862.641	2.075.574
Vinculados ao Banco Central		587.886	-
Vinculados à prestação de garantias		1.270.909	2.831.170
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.775.585	2.710.000
Instrumentos financeiros derivativos		12.072.990	4.729.483
Relações interfinanceiras		23.125	17.402
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		23.125	17.402
Operações de crédito		3.602.700	3.816.864
Setor privado	(6.1)	3.632.429	3.842.772
Setor público	(6.1.2)	1.957	6.103
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(31.686)	(32.011)
Outros créditos		33.127.469	35.212.973
Carteira de câmbio	(7.1)	30.306.927	31.184.879
Rendas a receber		65.091	70.763
Negociação e intermediação de valores		31.854	41.348
Títulos e créditos a receber	(6.1)	1.366.024	2.258.464
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	778.944	765.895
Diversos	(7.3)	709.704	910.171
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(131.075)	(18.547)
Outros valores e bens		3.781	7.952
Despesas antecipadas		3.781	7.952
Permanente		79.531	78.666
Investimentos		32.486	32.138
Participação em controlada no país	(8)	32.110	31.762
Outros investimentos		376	376
Imobilizado de uso		35.568	34.282
Outras imobilizações de uso		86.102	80.748
Depreciação acumulada		(50.534)	(46.466)
Intangível		11.477	12.246
Ativos intangíveis		34.292	33.625
Amortização acumulada		(22.815)	(21.379)
TOTAL DO ATIVO		77.824.720	70.974.055

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2022	31.12.2021
Circulante e Não Circulante		74.660.058	67.862.379
Depósitos	(9)	10.700.525	9.721.157
Depósitos à vista		1.209.338	1.109.746
Depósitos interfinanceiros		693.067	192.225
Depósitos a prazo		8.555.220	8.126.754
Depósitos em moeda estrangeira		242.900	292.432
Captações no mercado aberto		7.037.583	6.854.382
Carteira própria		859.993	2.052.519
Carteira de terceiros		3.419.986	2.119.111
Carteira de livre movimentação		2.757.604	2.682.752
Recursos de aceites e emissão de títulos	(10)	3.267.519	2.938.400
Obrigações por emissão de letras financeiras		2.227.523	1.856.692
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		122.994	179.947
Captações por certificado de operações estruturadas		917.002	901.761
Relações interfinanceiras		859	324
Recebimentos e pagamentos a liquidar		859	324
Relações interdependências		173.623	341.589
Recursos em trânsito de terceiros		173.623	341.589
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	11.738.237	10.139.032
Empréstimos no país-instituições oficiais		271.331	-
Empréstimos no exterior		8.544.857	7.379.177
Repasses do país		58.272	103.860
Repasses do exterior		2.863.777	2.655.995
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	12.203.096	5.289.117
Instrumentos financeiros derivativos		12.203.096	5.289.117
Outras obrigações		29.538.616	32.578.378
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.946	2.194
Carteira de câmbio	(7.1)	26.778.198	28.845.859
Sociais e estatutárias		9.464	132.771
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(12.1)	163.199	216.320
Negociação e intermediação de valores		31.027	103.847
Provisão para passivos contingentes	(12.3.1)	626.564	601.030
Provisão para garantias financeiras prestadas	(20.1)	59.465	50.222
Dívida subordinada	(12.2)	1.541.413	2.259.366
Diversas	(12.3)	325.340	360.857
Resultado de exercícios futuros		-	5.912
Patrimônio líquido	(13)	3.164.662	3.111.676
Capital social:		1.754.606	1.754.606
De domiciliados no país		15	15
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.496.722	1.492.828
Ajuste de avaliação patrimonial		(160.651)	(135.758)
Lucros acumulados		73.985	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.824.720	70.974.055

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Receitas da intermediação financeira		1.603.537	764.219
Operações de crédito		229.651	52.207
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.424.672	676.149
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(1.130.557)	8.007
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		79.771	27.856
Despesas da intermediação financeira		(1.295.275)	(431.216)
Operações de captação no mercado		(871.128)	(329.634)
Operações de empréstimos e repasses		402.892	101.881
Resultado de operações de câmbio		(714.836)	(187.737)
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(112.203)	(15.726)
Resultado bruto da intermediação financeira		308.262	333.003
Outras receitas (despesas) operacionais		(166.420)	(142.597)
Receitas de prestação de serviços	(14)	151.561	126.138
Despesas de pessoal		(184.078)	(149.684)
Resultado de participação em controlada	(8)	3.677	3.654
Outras despesas administrativas	(15)	(91.696)	(81.210)
Despesas tributárias	(16)	(23.903)	(31.332)
Resultado de outras provisões	(17)	(36.002)	(8.700)
Outras receitas operacionais	(18.1)	22.370	6.649
Outras despesas operacionais	(18.2)	(8.349)	(8.112)
Resultado operacional		141.842	190.406
Resultado não operacional		(38)	(1.256)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		141.804	189.150
Imposto de renda e contribuição social	(19)	29.653	(8.037)
Provisão para imposto de renda		1.179	(58.214)
Provisão para contribuição social		724	(47.452)
Ativo fiscal diferido		27.750	97.629
Participações no lucro		(93.578)	(119.421)
Lucro líquido do semestre		77.879	61.692
Lucro líquido por ação - em R\$		329,39	260,93

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Lucro líquido	77.879	61.692
“Hedge” de fluxo de caixa:	-	92
Variação de valor justo	-	168
Efeito fiscal	-	(76)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(24.893)	(139.309)
Variação de valor justo	(46.461)	(250.298)
Ganhos (perdas) transferidos ao resultado por alienação	(1.047)	5.187
Efeito fiscal	22.615	105.802
Outros resultados abrangentes do semestre	(24.893)	(139.217)
Total do resultado abrangente	<u>52.986</u>	<u>(77.525)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 11

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	3.063.451
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(139.309)	(139.309)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	92	92
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	61.692	61.692
Destinações:					
Reserva legal	-	3.085	-	(3.085)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	1.754.606	191.909	1.088.046	(107.242)	2.985.326
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.754.606	206.622	1.286.206	(135.758)	3.111.676
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(24.893)	(24.893)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	77.879	77.879
Destinações:					
Reserva legal	-	3.894	-	(3.894)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	1.754.606	210.516	1.286.206	(160.651)	3.164.662

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 12



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	30.06.2022	30.06.2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	(61.852)	161.655
Lucro líquido	77.879	61.692
Depreciações e amortizações	6.169	6.420
Resultado de participação em controlada	(3.677)	(3.654)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	(358.615)	64.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	112.203	15.726
Provisão/(Reversão) para garantias e fianças prestadas	9.243	(4.352)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhista, atualização monetária de depósitos judiciais e impostos e contribuições a compensar	6.314	8.277
Tributos diferidos	(27.750)	(97.629)
Participações nos lucros e bônus	93.578	119.421
Provisão - outras	29.297	6.371
Receita de prestação de serviços não recebidos	(6.327)	(7.210)
Diversos	(166)	(8.357)
Variação de ativos e obrigações	1.272.520	971.517
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(658.294)	321.632
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(997.898)	(851.496)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(5.188)	(4.552)
(Aumento) Redução em relações interdependências	(167.966)	128.540
(Aumento) Redução em operações de crédito	214.082	837.578
(Aumento) Redução em outros créditos	1.815.533	9.111.086
(Aumento) Redução em outros valores e bens	4.171	138
Aumento (Redução) em depósitos	980.334	1.000.122
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	183.201	(1.203.598)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	329.271	(255.209)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(13.771)	(17.410)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.616.999	(2.310.305)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(2.027.954)	(5.783.945)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	-	(1.064)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.210.668	1.133.172
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Dividendos recebidos	3.330	-
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(5.961)	(9.668)
(Aquisição) Alienação de intangível	(725)	(351)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.356)	(10.019)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(119.000)	(85.100)
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	(593.021)	(62.933)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(712.021)	(148.033)
Variação de caixa e equivalente de caixa	495.291	975.120
No início do período	3.359.227	1.422.950
No fim do período	3.854.518	2.398.070
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	495.291	975.120

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") é uma Sociedade Anônima Fechada com sede domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 10º andar. O Banco pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. É a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo, a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

As Demonstrações Financeiras elaboradas para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela Diretoria em 16 de agosto de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de acordo com as normas estabelecidas e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e o CPC 41 - Resultado por Ação, através das Resoluções CMN's nº 4.748 e nº 4.818. O Banco, na elaboração dessas Demonstrações Financeiras, não adotou o CPC 41 por não ser companhia aberta conforme facultado pelo BACEN e o CPC 46 tendo em vista que a sua completa adoção depende do IFRS 9 homologado pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando a Circular nº 3.959.

Os normativos acima exigiram informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras, dentre as quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e não Circulante estão demonstradas nas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos sociais anterior para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Inclusão das Notas Explicativas: "nº 21.5 Política de Teste de Estresse", e da Nota "3.(o) e nº 18.3 Resultado não Recorrente" em atendimento a Resolução BCB nº 02.

c) Outras informações

O Banco, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Banco incluiu na nota "nº 22 - Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos objetos de "hedge" está demonstrado na nota nº 5.2.4.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.



As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota nº 6.

g) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros títulos patrimoniais são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perda.

h) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

i) Ativo Intangível

O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

j) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.



- Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota nº 12.3.1.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização a partir de janeiro de 2023 e de 46% sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização entre agosto a dezembro de 2022, em vista a majoração da contribuição social prevista na Medida Provisória nº 1.115/22.

Com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos globais em virtude da pandemia de Covid-19, em 2021 a Medida Provisória nº 1.034, convertida na Lei nº 14.183/21, majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 25% (de julho a dezembro de 2021) e retornou para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

n) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

o) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na nota nº 18.3.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Disponibilidade	160.897	664.679
Aplicações no mercado aberto	3.419.986	2.119.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	273.635	468.534
Aplicações em moedas estrangeiras	-	106.018
Total	3.854.518	3.359.227

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>				<u>Total</u>	<u>31.12.2021</u>
	<u>0-30</u>	<u>31-180</u>	<u>181-360</u>	<u>Acima de 360</u>		<u>Total</u>
Posição Bancada	-	-	-	-	-	885
Posição Financiada	3.419.986	-	-	-	3.419.986	2.119.111
Aplicações em depósitos interfinanceiros	612.072	1.575.076	1.032.421	3.313.074	6.532.643	6.261.925
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	<u>302.826</u>	-	302.826	<u>292.925</u>
Total	4.032.058	1.575.076	1.335.247	3.313.074	10.255.455	8.674.846
Curto prazo					6.942.381	6.087.771
Longo prazo					3.313.074	2.587.075

Página 17



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	30.06.2022										31.12.2021	
	Ajuste a mercado			Por Vencimento			Acima de 360	Valor de Mercado				
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Sem Vencimento	0-30			31-180	181-360	Valor de Mercado	
Títulos para negociação												
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	86.912	(10)	-	86.902	-	-	-	86.902	-	-	-	52.611
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.903.144	(1.343)	-	1.901.801	-	-	-	1.284.268	278.073	211.578	1.284.268	1.501.325
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.213.144	(5.444)	-	1.207.700	-	-	-	504.152	687.586	15.962	828.922	828.922
Cotas de Fundo de Investimento (*)	6.328.241	499	-	6.328.740	-	-	-	6.328.740	-	-	4.744.059	4.744.059
	9.531.441	(6.298)	-	9.525.143	-	-	-	6.328.740	127.882	227.540	1.875.322	7.126.917
Títulos disponíveis para venda												
Letras Financeira do Tesouro - LFT	592	-	-	592	-	-	-	-	592	-	-	674
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	1.411.808	(5.735)	(66.751)	1.339.322	-	-	-	1.339.322	-	-	1.339.322	2.345.276
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	2.069.348	(12.967)	(220.394)	1.835.987	-	-	-	1.629.808	206.179	-	1.629.808	1.497.072
Debêntures (**)	2.656.391	(23.604)	11.412	2.644.199	-	-	-	1.072.316	155.991	1.415.892	2.538.943	2.538.943
Nota Soberana (**)	1.758.952	(17.109)	(18.920)	1.722.923	-	-	-	948.554	774.369	-	2.874.842	2.874.842
Ações em Companhia Fechada	2.128	-	684	2.812	-	-	-	-	-	-	2.566	2.566
Cota FILCB	38.679	-	-	38.679	-	-	-	38.679	-	-	36.614	36.614
CRA	271.458	-	8.540	279.998	-	-	-	-	-	-	279.998	276.758
Nota Promissória	1.108.906	-	211	1.109.117	-	-	-	-	72.802	-	1.036.315	1.071.528
	9.318.262	(59.415)	(285.218)	8.973.629	41.491	774.369	2.364.446	435.564	435.564	2.591.986	5.357.759	10.644.273
Subtotal de títulos do ativo	18.849.703	(65.713)	(285.218)	18.498.772	6.370.231	902.251	2.591.986	1.401.223	1.401.223	7.233.081	17.771.190	17.771.190
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo												
Operações de opções	145.557	(32.902)	-	112.655	-	-	-	50.682	19.975	32.313	91.394	91.394
Operações a termo	8.390.705	(332.289)	(9.123)	8.049.293	-	-	-	519.959	364.475	874.977	2.470.692	2.470.692
Operações de "swap"	2.746.145	1.164.897	-	3.911.042	-	-	-	2.804.693	347.875	226.939	2.167.397	2.167.397
	11.282.407	799.706	(9.123)	12.072.990	-	6.831.102	1.134.229	3.375.334	732.325	1.134.229	4.729.483	4.729.483
TOTAL DO ATIVO	30.132.110	733.993	(294.341)	30.571.762	6.370.231	7.733.353	3.726.215	2.133.548	2.133.548	10.608.415	22.500.673	22.500.673
Curto prazo				21.838.669							14.252.160	14.252.160
Longo prazo				8.733.093							8.248.513	8.248.513
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo												
Operações de opções	467.912	(277.945)	-	189.967	-	-	-	108.720	30.925	38.747	246.357	246.357
Operações a termo	8.442.420	(312.994)	-	8.129.426	-	-	-	518.782	367.955	868.739	2.482.426	2.482.426
Operações de "swap"	2.740.168	1.143.535	-	3.883.703	-	-	-	2.978.006	450.131	410.543	2.560.334	2.560.334
	11.650.500	552.59	-	12.203.096	-	6.430.548	1.318.029	3.605.508	849.011	1.318.029	5.289.117	5.289.117
Curto prazo				8.597.588							2.905.529	2.905.529
Longo prazo				3.605.508							2.383.588	2.383.588

(*) Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3.

(**) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

Página 18



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de “swap”, termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada como segue:

- **Operações de “swap”** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço. O valor justo dos “swaps” é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como “Black & Sholes”, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

Valor nominal por contraparte	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)							
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA BM&FBovespa		Valor nominal 30.06.2022	Valor nominal 31.12.2021
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação	Valor nominal		
Operações com opções	12.194	2.772.782	396.079	2.862.192	-	-	6.043.247	11.089.900
Comprada	-	1.306.500	87.818	1.466.128	-	-	2.860.446	5.386.363
Vendida	12.194	1.466.282	308.261	1.396.064	-	-	3.182.801	5.703.537
Operações com “swap”	-	17.151.191	27.898.275	51.213.692	192.400	-	96.455.558	90.275.559
“Swap”	-	17.151.191	27.898.275	51.213.692	192.400	-	96.455.558	90.275.559
Operações com futuros	-	-	-	-	23.045.192	-	23.045.192	22.038.925
Comprada	-	-	-	-	6.086.796	-	6.086.796	10.002.251
Vendida	-	-	-	-	16.958.396	-	16.958.396	12.036.674
Operações a termo	-	27.669.818	538.810	41.526.087	-	-	69.734.715	70.854.619
Comprada	-	13.493.201	532.710	19.143.489	-	-	33.169.400	35.354.996
Vendida	-	14.176.617	6.100	22.382.598	-	-	36.565.315	35.499.623
Total							195.278.712	194.259.003

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2022	31.12.2021
Operações com Opções	112.655	189.967	6.043.247	11.089.900
Compra de opção de:	112.655	-	2.860.446	5.386.363
Compra de Dólar	63.148	-	1.686.062	2.870.610
Venda de Dólar	49.507	-	1.174.384	2.515.753
Venda de opção de:	-	189.967	3.182.801	5.703.537
Compra de Dólar	-	63.148	1.686.062	2.870.610
Compra de Ações	-	76.962	322.354	317.174
Venda de Dólar	-	49.857	1.174.385	2.515.753



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2022	31.12.2021
Operações com "Swap"	3.911.042	3.883.703	96.455.558	90.275.559
Ações x DI	6.609	341.818	1.266.425	1.336.871
Ações x PRÉ	244.178	6.740	3.434.154	3.248.954
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	111.235	107.483	8.718.827	9.461.159
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	5.020	-	109.153	109.154
Cupom de Dólar x DI	847.757	922.491	19.853.544	17.736.251
Cupom de Dólar x LIBOR	-	9.244	338.818	-
Cupom de Dólar x PRÉ	-	231.008	2.248.070	2.350.431
Cupom de Euro x DI	-	341.502	1.622.697	1.622.697
Cupom de Euro x PRÉ	-	27.182	223.694	-
DI x Ações	46.480	-	229.688	310.599
DI x Cupom de Dólar	907.372	364.236	9.717.674	8.511.090
DI x Cupom de Euro	341.502	-	1.622.697	1.622.697
DI x Índice de Preço	-	265.699	654.024	654.024
DI x PRÉ	983.346	351	19.528.877	19.062.389
Índice de Preço x DI	128.774	-	309.914	309.914
PRÉ x Ações	-	244.178	3.407.710	3.222.010
PRÉ x Cupom de Dólar	227.920	-	2.293.886	2.396.247
PRÉ x Cupom de Euro	27.182	-	223.694	-
PRÉ x DI	-	997.348	19.103.555	18.321.072
LIBOR x Cupom de Dólar	9.244	-	338.817	-
LIBOR x DI	-	24.423	604.820	-
DI x LIBOR	24.423	-	604.820	-
Operações com Futuros	-	-	23.045.192	22.038.925
Operações com futuros - Comprada	-	-	6.086.796	10.002.251
Cupom cambial - DDI	-	-	2.998.114	3.780.801
DI	-	-	2.877.952	2.463.728
Moedas	-	-	210.730	3.757.722
Operações com futuros - Vendida	-	-	16.958.396	12.036.674
Cupom cambial - DDI	-	-	811.415	1.628.960
DI	-	-	15.012.843	9.975.575
Taxas	-	-	-	141.507
Moedas	-	-	1.134.138	290.632
Operações a Termo	8.049.293	8.129.426	69.734.715	70.854.619
Operações a termo - Comprada	3.285.094	4.363.206	33.169.400	35.354.996
Moeda	525.785	1.601.439	33.169.400	35.354.996
Títulos Públicos	2.017.737	2.017.000	-	-
Nota Soberana	741.572	744.767	-	-
Operações a termo - Vendida	4.764.199	3.766.220	36.565.315	35.499.623
Moeda	1.654.847	655.952	36.565.315	35.499.623
Títulos Públicos	3.109.352	3.110.268	-	-
Total	12.072.990	12.203.096	195.278.712	194.259.003
Curto prazo	8.697.656	8.597.588		
Longo prazo	3.375.334	3.605.508		

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$1.270.909 (R\$2.831.169 em 12.2021).



5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 30 de junho de 2022, o Banco possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

Instrumento			Objeto de "Hedge"				31.12.2021	
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Valor de mercado
DI Futuro	02.01.2025	96.335	Títulos - NTN	pré-fixadas	109.302	96.335	(3.467)	96.123
DI Futuro	02.01.2029	5.828.973	Certificado de depósito interfinanceiro	pré-fixadas	6.005.321	5.828.993	(76.758)	4.639.317
DI Futuro	01.04.2027	816.239	Captações por certificado de operações estruturadas	pré-fixadas	844.570	816.238	16.837	767.094
DI Futuro	01.07.2024	246.386	Títulos - LTN	pré-fixadas	252.121	246.386	8.544	1.081.257
DI Futuro	02.10.2023	814.463	Debêntures	pré-fixadas	838.067	814.463	(22.005)	794.067
DI Futuro	02.10.2023	814.463	Repasse Exterior Debêntures 2921	pré-fixadas	838.067	814.463	22.005	794.067
DI Futuro	02.01.2023	101.611	Empréstimo - capital de giro	pré-fixadas	102.019	101.611	(408)	-
DI Futuro	03.07.2023	250.483	Certificados de depósitos bancários	pré-fixadas	251.450	250.483	966	-
DI Futuro	01.04.2024	35.465	Letras financeiras	pré-fixadas	35.616	35.465	152	-
DI Futuro			Obrig. Empréstimos Ext. - Vinculado a 4131	pré-fixadas	-	-	(5.913)	879.558
DDI Futuro	04.01.2027	1.075.828	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.186.702	1.075.540	124.932	1.648.107
DDI Futuro	03.10.2022	803.597	Obrig. Empréstimos Ext. - Vinculado a 4131	Dólar	807.080	803.243	1.702	857.228
DDI Futuro	03.01.2028	639.647	Título Perpétuo	Dólar	707.600	639.394	65.285	719.604
DI Futuro	03.07.2023	1.625.698	Nota Soberana	pré-fixadas	1.642.112	1.625.698	30.453	1.877.634

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2022, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva.

"Hedge" de Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Banco não possuía operações de "hedge" de fluxo de caixa.

5.3 Outras Informações - Cotas de Fundo de Investimento

As cotas do fundo de investimento multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Grupo BNP Paribas - BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

Abaixo apresentamos a composição do Fundo de Investimento:

Descrição	30.06.2022	31.12.2021
Disponibilidades	100	1.519
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.852.048	4.416.823
Instrumentos financeiros derivativos (*)		
- Operações com "Swap"	1.246.771	(136.907)
- Operações com Opções	(34.570)	53.326
- Operações com Futuro	147.812	(275.747)
- Operações com Termo	116.849	428.319
Diversos a receber/(a pagar)	(270)	256.726
Patrimônio líquido do fundo	6.328.740	4.744.059

(*) O saldo considera os ajustes por equalização de práticas contábeis.

O valor de referência dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos, que compõem a carteira do fundo e são registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	30.527.695	41.526.087	19.343.236	132.744.946	224.141.964
Taxa de juros	20.921.400	-	25.825.576	-	46.746.976
Total 30.06.2022	51.449.095	41.526.087	45.168.812	132.744.946	270.888.940
Total 31.12.2021	47.886.715	35.356.282	56.247.821	102.187.988	241.678.806



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	30.06.2022					31.12.2021	
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Adiantamento sobre contratos de câmbio (**)	Títulos de créditos a receber (*)	Total	Total
AA	2.159.110	527.436	10.298	2.236.113	1.193.658	6.126.615	6.459.289
A	232.139	210.939	12.708	816.423	97.961	1.370.170	1.311.042
B	18.814	127.913	66.776	590.349	67.507	871.359	468.242
C	188.667	79.586	-	15.242	6.898	290.393	213.066
D	-	-	-	-	-	-	8.922
H	-	-	-	101.296	-	101.296	-
Total 30.06.2022	2.598.730	945.874	89.782	3.759.423	1.366.024	8.759.833	8.460.561
PDD	19.649	10.585	1.452	125.626	5.449	162.761	50.558
Curto prazo - empréstimos						7.343.155	7.137.528
Longo prazo - empréstimos						1.416.678	1.323.033
Curto prazo - PDD						63.329	31.477
Longo prazo - PDD						99.432	19.081

(*) Não houve cessão de crédito no 1º semestre de 2022 e exercício de 2021 da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.

(**) As operações de Adiantamento sobre contratos de câmbio estão contabilizados em conta de Outros créditos (vide nota 7.1).

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2022		31.12.2021	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado:				
Indústria	2.887.133	32,96	3.009.320	35,57
Comércio	719.472	8,21	772.396	9,13
Serviço	5.129.737	58,56	4.648.817	54,95
Pessoa Física	21.534	0,25	23.925	0,28
	8.757.876	99,98	8.454.458	99,93
Setor público:				
Governo Federal	1.957	0,02	6.103	0,07
	1.957	0,02	6.103	0,07
Total	8.759.833	100,00	8.460.561	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2022		31.12.2021	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
A vencer:				
Até 180 dias	5.193.952	60,16	5.181.963	61,25
De 181 a 360 dias	2.138.792	24,41	1.955.565	23,11
Acima de 360 dias	1.416.678	15,31	1.323.033	15,64
Vencidos:				
Até 14 dias	10.411	0,12	-	-
Total	8.759.833	100,00	8.460.561	100,00

Página 22



6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Saldo inicial do semestre	50.558	242.791
Constituição da provisão	131.163	48.099
Reversão da provisão	(18.960)	(32.373)
Valores baixados para prejuízo	-	(115.885)
Saldo final do semestre	162.761	142.632
Provisão específica	125.575	52.275
Provisão prudencial	37.186	90.357

Em março de 2022 houve recuperação de crédito baixado como prejuízo no montante de R\$ 115.885 (em 06.2021 não houve recuperação), e não ocorreram valores baixados para prejuízo (R\$ 115.885 em 06.2021).

Em 30 de junho de 2022 existiam contratos renegociados no valor de R\$1.532.493 (R\$1.127.906 em 06.2021).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Carteira de câmbio

Abaixo segue a composição da carteira de câmbio em 30 de junho de 2022.

	30.06.2022	31.12.2021
ATIVO		
Câmbio comprado a liquidar	16.625.692	16.432.613
Direitos sobre venda de câmbio	13.651.690	14.718.268
Adiantamentos em moeda nacional	(3.413)	(26)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1) 32.958	34.024
Total	30.306.927	31.184.879
Curto prazo	22.979.890	21.202.425
Longo prazo	7.327.037	9.982.454
PASSIVO		
Câmbio vendido a liquidar	14.173.094	16.016.040
Obrigações por compra de câmbio	16.331.569	15.149.017
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1) (3.726.465)	(2.319.198)
Total	26.778.198	28.845.859
Curto prazo	19.467.504	19.283.619
Longo prazo	7.310.694	9.562.240

7.2 Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	30.06.2022			31.12.2021				
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2022	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Imposto de renda								
<i>Diferenças temporárias:</i>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.883	34.308	(41.978)	51.213	70.243	51.161	(62.521)	58.883
Ajuste a mercado - MTM	4.635	-	(4.635)	-	-	4.635	-	4.635
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	-	-	-	-	42	-	(42)	-
Provisão títulos disponíveis para venda	61.708	11.877	-	73.585	-	61.708	-	61.708
Derivativos - Ajustes futuros	-	2.442	-	2.442	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	124.458	4.423	-	128.881	132.653	5.877	(14.072)	124.458
Provisão para outros passivos contingentes	25.800	2.306	(346)	27.760	23.632	2.368	(200)	25.800
Provisão de avais e fianças	12.555	3.724	(1.413)	14.866	15.823	3.731	(6.999)	12.555
Provisão para outros passivos	54.409	23.395	(34.105)	43.699	46.884	51.446	(43.921)	54.409
Provisões diversas	13.749	1.051	(1.720)	13.080	13.512	2.747	(2.510)	13.749
<i>Prejuízo fiscal</i>	<u>834</u>	<u>60.186</u>	<u>-</u>	<u>61.020</u>	<u>834</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>834</u>
	357.031	143.712	(84.197)	416.546	303.623	183.673	(130.265)	357.031



Descrição	30.06.2022			31.12.2021				
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2022	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Contribuição social								
<i>Diferenças temporárias:</i>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.107	28.860	(33.582)	42.385	56.195	40.929	(50.017)	47.107
Ajuste a mercado - MTM	3.708	-	(3.708)	-	-	3.708	-	3.708
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	-	-	-	-	35	-	(35)	-
Provisão títulos disponíveis para venda	49.366	10.738	-	60.104	-	49.366	-	49.366
Derivativos - Ajustes futuros	-	1.994	-	1.994	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	99.565	3.540	-	103.105	106.121	4.701	(11.257)	99.565
Provisão para outros passivos contingentes	20.640	1.845	(277)	22.208	18.911	1.994	(265)	20.640
Provisão de avais e fianças	10.044	3.181	(1.130)	12.095	12.658	2.985	(5.599)	10.044
Provisão para outros passivos	43.529	19.028	(27.284)	35.273	37.514	41.153	(35.138)	43.529
Provisões diversas	11.000	1.060	(1.376)	10.684	10.800	2.430	(2.230)	11.000
<i>Base negativa</i>	-	50.556	-	50.556	-	-	-	-
	284.959	120.802	(67.357)	338.404	242.234	147.266	(104.541)	284.959
Impostos e contribuições a compensar								
IRPJ e CSLL - antecipação	66.843	-	(66.843)	-	87.708	66.843	(87.708)	66.843
Demais impostos a compensar	57.062	3.445	(36.513)	23.994	49.045	8.017	-	57.062
	123.905	3.445	(103.356)	23.994	136.753	74.860	(87.708)	123.905
Total	765.895	267.959	(254.910)	778.944	682.610	405.799	(322.514)	765.895
Curto prazo				23.994				123.837
Longo prazo				754.950				642.058

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2022 é:

Projeção	2022	2023	2024	2025	2026	de 2027 até 2031	Total
Créditos tributários	267.055	172.693	11.629	238.065	43.374	22.134	754.950
Saldo em 31.12.2021							641.990

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2022, é estimado em R\$489.488 (R\$466.273 em 12.2021), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos.

Descrição	30.06.2022	31.12.2021
Devedores diversos - Exterior	7.533	273.150
Devedores diversos - País	43.704	8.402
Adiantamentos diversos	8.127	960
Devedores por depósitos em garantia	650.340	627.659
Total	709.704	910.171
Curto prazo	57.642	278.894
Longo prazo	652.062	631.277



8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição do investimento em controlada no país.

	BNP Paribas	
	Asset Management Brasil Ltda.	
	30.06.2022	31.12.2021
Informações relevantes sobre o investimento:		
Patrimônio Líquido	43.171	42.703
Resultado do período	4.944	5.160
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	3.677	3.838
Valor contábil do investimento	32.110	31.762

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento.

Descrição	Em quantidade de dias					30.06.2022	Total 31.12.2021
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	1.209.338	-	-	-	-	1.209.338	1.109.746
Depósito interfinanceiro	-	27.000	-	549.641	116.426	693.067	192.225
Depósito a prazo	-	1.272.150	2.493.975	2.936.006	1.853.089	8.555.220	8.126.754
Depósito em moeda estrangeira	242.900	-	-	-	-	242.900	292.432
Total	1.452.238	1.299.150	2.493.975	3.485.647	1.969.515	10.700.525	9.721.157
Curto prazo						8.731.010	8.466.226
Longo prazo						1.969.515	1.254.931

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento.

Descrição	Em quantidade de dias				Total 30.06.2022	Total 31.12.2021
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Letras Financeiras	-	120.862	1.149.641	957.020	2.227.523	1.856.692
Letras de Créditos de Agronegócio	115.990	7.004	-	-	122.994	179.947
Certificado de Operações Estruturadas	5.136	124.959	336.311	450.596	917.002	901.761
Total	121.126	252.825	1.485.952	1.407.616	3.267.519	2.938.400
Curto prazo					1.859.903	787.692
Longo prazo					1.407.616	2.150.708

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de Obrigações por Empréstimos e Repasses.

Descrição	30.06.2022			31.12.2021
	Vencíveis até	Encargos	Total	
Obrigações em Moedas estrangeiras	23.10.2024	0,07% a 2,97% a.a.	7.433.829	5.301.841
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	0,72% a 8,20% a.a.	1.111.028	2.077.336
Empréstimos no país-instituições oficiais	06.03.2023	Selic + 0,50% a.a.	271.331	-
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	19.01.2024	2,25% a 4,00% a.a.	58.272	103.860
Repasses no Exterior	15.10.2026	0,82% a 13,79% a.a.	2.863.777	2.655.995
Total			11.738.237	10.139.032
Curto prazo			8.852.288	7.079.577
Longo prazo			2.885.949	3.059.455

Página 25



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	115.716
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	163.199	100.604
Total	163.199	216.320
Curto prazo	163.199	216.320

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$163.199 (R\$100.604 em 12.2021), tendo a variação como contrapartida de R\$62.595 no resultado (R\$33.298 no resultado e R\$28.737 no patrimônio líquido em 12.2021), respectivamente.

12.2 Dívida Subordinada

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Dívida subordinada	977.686	1.602.440
Dívida subordinada (Perpétua)	563.727	656.926
Total	1.541.413	2.259.366
Curto prazo	32.400	54.197
Longo prazo	1.509.013	2.205.169

As dívidas subordinadas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.192/13 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo nos valores de US\$100 milhões e US\$105 milhões equivalentes a R\$483.642 e R\$494.044 (R\$566.200 e R\$576.493 em 12.2021), já acrescidos dos juros de 4,10% a.a. e 3,37% a.a., incorridos até 30 de junho de 2022, com vencimentos em janeiro de 2031 e janeiro de 2032, respectivamente.

Em 09 de dezembro de 2021 houve uma captação de dívida perpétua com base na Resolução CMN 4.955/21 representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões equivalente a R\$563.727 (R\$656.926 em 12.2021), já acrescido dos juros de 4,56% a.a., incorridos até 30 de junho de 2022, sendo a mesma aprovada como Capital Complementar de Nível 1 pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 05 de julho de 2022, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2022.

Em 05 janeiro de 2022 a dívida subordinada representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$70 milhões, equivalentes a R\$424.669 teve seu resgate antecipado após autorização do Banco Central do Brasil - BACEN.

12.3 Diversas

Apresentamos abaixo a composição de diversas.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Valores a pagar à sociedade ligada	2.578	2.389
Provisão de despesas de pessoal	210.196	226.998
Provisão para despesas administrativas	55.250	57.173
Impostos e contribuições a recolher	31.178	64.253
Outras	26.138	10.044
Total	325.340	360.857
Curto prazo	234.717	319.828
Longo prazo	90.623	41.029

12.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes.

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2021	497.830	14.288	88.912	601.030
Constituição	216	-	5.597	5.813
Reversão/Pagamento	-	-	(1.385)	(1.385)
Atualização monetária	17.480	2.170	1.456	21.106
Saldo em 30.06.2022	515.526	16.458	94.580	626.564
Saldo em 31.12.2021	497.830	14.288	88.912	601.030

Em 30 de junho de 2022 a provisão para riscos fiscais é composta: (i) da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$397.369 (R\$387.291 em 12.2021) e R\$40.154 (R\$39.118 em 12.2021), respectivamente, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente; (ii) e de provisão de R\$76.145 (R\$70.557 em 12.2021) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito, e; (iii) provisão de R\$ 1.858 (R\$863 em 12.2021) referente à dedução do ISS da base do PIS e COFINS discutida judicialmente em que o Banco obteve sentença favorável.



Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente. Em 30 de junho de 2022 os riscos considerados como de perda possível se referem a trabalhistas de R\$22.222 e fiscais de R\$223.963 (R\$19.635 e R\$219.453 em 12.2021), respectivamente. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não existiam contingências de perdas possíveis de natureza cível.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social é representado por 236.432 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

13.2 Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de até 30% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no semestre findo em 30 de junho de 2022 no valor de R\$77.879 (R\$61.692 em 06.2021) em Lucros Acumulados teve a seguinte destinação: R\$3.894 (R\$3.085 em 06.2021) a título de Reserva Legal e R\$73.985 (R\$58.607 em 06.2021) em Lucros acumulados cuja a destinação ocorrerá ao final do exercício.

14. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Apresentamos abaixo a composição de Receitas de Prestação de Serviços.

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Rendas de administração de fundos de investimentos	41.441	39.553
Rendas de comissões de colocação de títulos	22.387	2.948
Rendas de prestação de serviços de terceiros	14.154	3.146
Rendas de outros serviços	9.182	17.392
Rendas de serviços de custódia	28.991	24.514
Rendas de garantias prestadas	33.568	36.790
Outras	1.838	1.795
Total	151.561	126.138

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas administrativas.

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Despesa de serviço do sistema financeiro	14.272	14.271
Despesa de processamento de dados	30.470	28.692
Despesa de serviço de terceiro	15.917	11.649
Despesa de aluguéis	8.086	7.023
Despesa de serviço técnico especializado	4.486	3.584
Outras	18.465	15.991
Total	91.696	81.210

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas tributárias.

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Despesa de contribuição à COFINS	12.504	21.046
Despesa de contribuição ao ISS	6.111	4.934
Despesa de contribuição ao PIS	2.032	3.420
Outras	3.256	1.932
Total	23.903	31.332

17. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

Apresentamos abaixo a composição de outras provisões:

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Resultado de provisão de fianças prestadas	(9.243)	4.352
Resultado de provisão para contingências	(26.759)	(13.052)
Total	(36.002)	(8.700)



18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

18.1 Outras Receitas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras receitas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Recuperação de encargos e despesas	1.064	1.593
Variação cambial	277	79
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	20.717	4.775
Outras	312	202
Total	22.370	6.649

18.2 Outras Despesas Operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras despesas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Variação cambial	418	344
Perdão de dívida	-	4
Outras	7.931	7.764
Total	8.349	8.112

18.3 Resultado não Recorrente

Apresentamos abaixo a composição do resultado não recorrente.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Lucro líquido recorrente	78.399	64.234
Eventos não recorrentes	(520)	(2.542)
Perdão de dívida	-	(4)
Despesas de pandemia - Covid 19 (*)	(105)	(830)
Multas e juros sobre pagamentos em atraso	(17)	-
Ressarcimento de erros operacionais	(419)	(452)
Receitas/(despesas) não operacionais	21	(1.256)
Lucro líquido contábil	77.879	61.692

(*) Refere-se basicamente a despesa com protocolo de saúde e transportes.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social são compostas conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	141.804	189.150
(-) Participação dos empregados no lucro	(93.578)	(119.421)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	48.226	69.729
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(21.702)	(31.378)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	1.655	1.644
Notas soberanas	35.868	13.679
Efeitos da majoração da alíquota da Contribuição Social - CSLL Diferida	3.090	7.668
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	10.742	350
Total	29.653	(8.037)

(*) Inclui o efeito da majoração da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3m.



20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Provisão para garantias prestadas.

"Rating"	Garantia Prestada							
	Fiança Bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"	Total
AA	2.665.517	3.615.219	1.932.984	-	189.410	107.288	21.420	8.531.838
A	1.496.728	105.780	158.827	12.378	31.012	3.336	511	1.808.571
B	314.465	559.052	185.071	-	6.731	-	-	1.065.319
C	27.684	6.330	-	-	-	-	-	34.014
D	-	2.196	5.936	-	-	-	-	8.132
Total 30.06.2022	4.504.395	4.288.577	2.282.817	12.378	227.153	110.624	21.931	11.447.875
PDD	25.753	21.649	10.798	92	830	287	56	59.465
Total 31.12.2021	3.616.070	3.137.829	2.418.112	6.300	281.094	84.442	250.415	9.794.262
PDD	25.097	13.055	10.170	47	918	321	614	50.222

20.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$128.404.240 (R\$149.128.500 em 12.2021).

20.3 Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas:

Descrição	30.06.2022				31.12.2021
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)		Ativo/(Passivo)
			Variação cambial	Juros	
Operação de crédito - Empréstimo	2.771.970	-	-	67.433	2.587.565
Empréstimos no exterior	-	(2.702.350)	(29.070)	(132.357)	(2.587.565)

20.4 Transações com partes relacionadas

20.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no exercício representa benefícios de curto prazo de R\$18.616 (R\$13.899 em 06.2021) e benefícios de longo prazo de R\$1.181 (R\$1.126 em 06.2021). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

20.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução nº 4.818/2020 e CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição		30.06.2022		31.12.2021	30.06.2021
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros		6.335.262	198.315	5.836.129	76.305
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	6.335.262	198.315	5.836.129	76.305
Aplicações em moedas estrangeiras		302.826	(21.308)	292.925	(14.214)
BNP Paribas - Paris	Controladora	302.826	(20.923)	292.878	(13.530)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	(385)	47	(684)
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas		(5.162.388)	(214.234)	(4.995.701)	(43.662)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(5.093.000)	(210.432)	(4.869.483)	(42.794)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(69.388)	(3.802)	(126.218)	(868)
Carteira de câmbio		(308.278)	(577.674)	(164.387)	182.199
BNP Paribas - Paris	Controladora	(306.626)	(576.241)	(160.433)	191.323
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	-	-	-	(1)
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	142	-	32
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(1.611)	(1.909)	(3.953)	(9.301)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	194	-	265
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(41)	140	(1)	(119)



Descrição		30.06.2022		31.12.2021	30.06.2021
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Cotas de fundos de investimentos		6.328.740	1.442.025	4.744.059	429.285
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	6.328.740	1.442.025	4.744.059	429.285
Depósitos a prazo		(897)	(1.406)	(131.980)	(2.016)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(91)	(1.361)	(131.980)	(2.006)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(806)	(45)	-	(10)
Depósitos a vista		(135.146)	-	(94.327)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(5)	-	(7)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(67)	-	(230)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	-	(1.544)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(134.181)	-	(92.436)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(879)	-	(93)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(14)	-	(17)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)		(1.188.201)	(3.639.559)	(448.809)	(1.071.895)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(687)	890	(1.524)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(1.187.514)	(3.640.449)	(447.285)	(1.071.895)
Devedores/Credores diversos		14.580	5.378	280.062	6.447
BNP Paribas - Paris	Controladora	(1.168)	1.147	270.218	158
Grupo Arval	Parte Relacionada	852	339	81	333
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	7.242	1.369	9.763	4.385
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	4.710	1.509	-	1.023
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	2.944	1.014	-	548
Disponibilidade em moeda estrangeira		57.992	(201.932)	4.947	(304.366)
BNP Paribas - Paris	Controladora	5.155	(113.633)	(10.648)	(18.795)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	52.837	(88.299)	15.595	(285.571)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar		-	-	(118.999)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	-	(118.999)	-
Investimento em controlada no País		32.110	3.677	31.762	3.654
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	32.110	3.677	31.762	3.654
Obrigações por empréstimos e repasses		(10.598.288)	278.634	(8.258.587)	(67.678)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(10.126.392)	281.056	(8.000.045)	(43.828)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(471.896)	(2.422)	(258.542)	(23.850)
Operações de Crédito		225.356	4.369	59.079	1.454
Grupo Arval	Parte Relacionada	116.573	4.369	46.088	1.454
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	108.783	-	12.991	-
Ordem de pagamento em moeda estrangeira		(2)	3	(179)	(95)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(1)	-	(1)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	-	-	(75)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	(1)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	3	(177)	(20)
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(1.541.413)	142.063	(2.259.366)	(26.718)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(1.541.413)	196.876	(2.259.366)	(26.718)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	(54.813)	-	-
Resultado de Corretagem		-	4.862	-	4.876
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	4.862	-	4.876
Valores a Receber/(a Pagar) de sociedade ligada		(2.578)	-	(2.389)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(119)	-	-	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(2.459)	-	(2.389)	-



21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

21.1 Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21.2 Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21.3 Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para a instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM) que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21.5 Política de Teste de Estresse

De acordo com a resolução BACEN nº 2/2020 art. 35 I, apresentamos a seguir informações sobre ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Natureza dos ativos e passivos envolvidos:

- carteira de negociação;
- derivativos na carteira bancária não sujeitos a *fair value hedge*;
- títulos públicos marcados a mercado na carteira bancária;
- exposição cambial líquida na carteira bancária (FXRBB);
- dívida subordinada em moeda estrangeira.

Cenários de estresse de valorização desses ativos:

São cenários validados como adversos e adequadamente severos de acordo com a governança de gerenciamento do risco de mercado do Banco, impactando de maneira simultânea os principais parâmetros de mercado sobre um período de 10 dias

- Cenário de "Choque Positivo": redução do USD spot em 12% e da volatilidade implícita do câmbio em 60%; redução de juros em BRL na curva até 2 anos em 180bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 150bps; redução paralela na curva de cupom em 150bps; redução paralela na curva de cupom de IPCA em 150 bps; e redução do spread dos bônus do tesouro em 25 bps.



- Cenário de “Choque Negativo”: aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 250bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 300bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 250 bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50 bps.

Impactos dos cenários de estresse:

<u>Cenário</u>	<u>Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)</u>	<u>Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)</u>
Choque positivo	(33)	7
Choque negativo	(79)	(92)

21.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (“banking book”), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de *compliance*. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

22. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.586.542	4.100.915
Capital Principal	4.022.815	4.100.915
Capital Complementar	563.727	-
Nível II	959.942	1.115.046
Total PR	5.546.484	5.215.961
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	31.497.668	29.221.729
De Mercado	3.021.615	5.580.806
Operacional	4.738.521	4.636.215
Ativos ponderados pelo risco	39.257.804	39.438.750
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.140.624	3.155.100
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.405.860	2.060.861
Índice da Basileia (PR/RWA)	14,1%	13,2%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,2%	10,4%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,7%	10,4%

(*) *Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.*

O PR nível II está composto por uma dívida subordinada de US\$100 milhões, emitida em julho de 2020, cuja aprovação do Banco Central ocorreu em 26 janeiro de 2021 e por outra dívida subordinada de US\$105 milhões, emitida em 14 de setembro de 2021, cuja aprovação do Banco Central ocorreu em 30 de novembro de 2021.

O PR nível I - Capital Complementar está composto por uma dívida perpétua com base na Resolução CMN 4.955/21, emitida em 09 de dezembro de 2021, representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões aprovada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 05 de julho de 2022, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2022.

A dívida subordinada de US\$70 milhões emitida em 17 de dezembro de 2015, mencionada na nota 12.2, deixou de compor o nível II do PR, conforme aprovação do Banco Central em 30 de novembro de 2021.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906

+55 11 3841 3100

+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041

+55 21 3094 8200

+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010

+55 31 3254 1250

+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240

+55 41 3099 7250

+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco
para um mundo
em mudança